

Oposição dificulta aprovação do pacote pelo Senado

Brasília — Até as 22h30min de ontem, parecia impossível aprovar, antes do recesso parlamentar, que começa à meia-noite de hoje, o pacote fiscal e o Plano Nacional de Informática — os dois projetos de maior interesse do governo. Caso o pacote não seja aprovado até hoje no Senado, sem novas emendas — pois, aí, teria que voltar à apreciação da Câmara — o presidente Sarney deverá baixar as medidas por decreto-lei, conforme admitiu anteontem o chefe do Gabinete Civil, ministro José Hugo Castelo Branco.

O pacote fiscal chegou ao Senado tarde, porque a Câmara só conseguiu aprová-lo na madrugada de ontem, depois de uma sessão tumultuada. Como não deu tempo para o substitutivo da Câmara ser redigido e enviado ao Senado antes de a sessão ordinária começar, às 14h30min, o pacote só foi lido às 18h30min, na sessão extraordinária.

Pelo regimento do Senado, depois de lido um projeto, é preciso que se espere quatro horas para fazer um pedido de urgência. Assim, o pedido de urgência do pacote só foi feito às 22h30min.

Mas para aprovar um pedido de urgência, no Senado, é necessário que os líderes de todos os partidos cheguem a um acordo, ou, no caso de não haver acordo, que 46 senadores (dois terços da casa) dêem seus votos favoráveis.

O líder do PDS no Senado, Murilo Badaró (MG), negou-se a assinar o pedido de urgê-

cia, obrigando o PMDB e o PFL a colocarem 46 senadores em plenário. Mas juntos os dois partidos têm apenas 45 senadores, sendo que um deles, Itamar Franco (PMDB-MG), ontem à tarde se manifestou contra o pedido de urgência.

O PDS tem 22 senadores e, até a noite, contava com o apoio dos dois senadores do PDT, que também se mantinham contra o pedido de urgência. Como as forças contrárias e favoráveis ao pedido de urgência somadas aos ausentes estavam mais ou menos equilibradas, a aprovação do pacote, e também do Plano de Informática que fora lido na mesma sessão, era considerada quase que impossível ontem à noite.

Caso o PMDB e o PFL consigam aprovar o pedido de urgência, o PDS não obstruirá a votação do pacote. Se limitará a votar contra.

O Senador Saturnino Braga (PDT-RJ) afirmou que a liderança do partido apenas assinará o pedido de urgência se forem votados, antes, todos os cinco pedidos de empréstimos, internos e externos, para a rolagem da dívida externa do estado do Rio de Janeiro, no total de US\$ 150 milhões de dólares, Cr\$ 152 bilhões para rolagem da dívida interna e Cr\$ 30 bilhões para a prefeitura do Rio construir postos de saúde e hospitais, além do projeto sobre pagamentos de royalties pela exploração de petróleo. De qualquer forma, o partido votará contra o pacote fiscal do Governo.